liinc EM REVISTA

ARTIGO/ARTICLE

Corpo-território como contranarrativa climática: o processo comunicativo da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia

Body-territory as a climate counternarrative: the communicative process of the March for Women's Lives and Agroecology

Bianca Liège Barreiro de Araujo
Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA).
João Pessoa, PB, Brasil.

Fellipe Sá Brasileiro
Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA).
João Pessoa, PB, Brasil.

Correspondência para/Correspondence to
Bianca Liége Barreiro de Araújo - liegebianca@gmail.com

PERIÓDICO / JOURNAL
ISSN 1808-3536
@liinc-emrevista
https://revista.ibict.br/liinc/index

Editores / Editors
Marco Schneider - Gustavo Saldanha
Fábio Gouveia - Priscila Sena

FLUXO EDITORIAL / EDITORIAL PROCESS
Editores do Artigo / Article Editors
Liz-Rejane Issberner - Philippe Léna
Felipe Milanez

Cronologia / Timeline
Recebido / Received: 15/04/2026
Aprovado / Approved: 07/06/2026
Publicado / Published: 12/06/2026

Como citar / How to cite: ARAÚJO, Bianca Liége Barreiro de Araújo; BRASILEIRO, Fellipe Sá. Corpo-território como contranarrativa climática: o processo comunicativo da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia. *In: Liinc em Revista*, v. 22, n. 01, e7943. Disponível em: https://doi.org/10.18617/liinc.v22i1.7943. Acesso em: 12 jun. 2026.

Atribuição 4.0 Internacional
Attribution 4.0 International

RESUMO: Este artigo analisa como a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia expressa uma cosmovisão contra-hegemônica e articula a comunicação como processo de consciência-organização-ação para a disputa de narrativas sobre a crise climática. Parte da crítica à ontologia dualista que sustenta o capitalismo extrativista e orienta o modelo de transição energética hegemônico. Adota abordagem qualitativa e análise de conteúdo, com base em Bardin (2016), tendo como *corpus* as publicações do Instagram da Marcha, entre janeiro e março de 2025. A análise se estrutura em três eixos teóricos: corpo-território, comunicação como processo e disputas de narrativas. Os resultados indicam que a Marcha articula território, comunicação e ação política, na perspectiva da ontologia relacional, produzindo contranarrativas à transição energética dominante e afirmando alternativas baseadas na defesa da vida e da justiça socioambiental. Conclui-se que os movimentos organizados no campo podem indicar modos de comunicação emancipatórios no contexto da transição energética, que superam a ontologia dual cristalizada nas narrativas hegemônicas.

Palavras-chave: Corpo-território, Contranarrativas, Comunicação como processo, Crise Climática, Movimentos Sociais do Campo.

ABSTRACT: This article analyzes how the March for Women's Lives and Agroecology expresses a counter-hegemonic worldview and articulates communication as a process of consciousness-organization-action for the dispute over narratives about the climate crisis. It departs from a critique of the dualist ontology that underpins extractivist capitalism and guides the hegemonic energy transition model. It adopts a qualitative approach and content analysis, based on Bardin (2016), with its *corpus* consisting of the March's Instagram publications from January to March 2025. The analysis is structured around three theoretical axes: body-territory, communication as a process, and narrative disputes. The results indicate that the March articulates territory, communication, and political action from the perspective of a relational ontology, producing counter-narratives to the dominant energy transition and affirming alternatives based on the defense of life and socio-environmental justice. It is concluded that organized rural movements can point to emancipatory modes of communication in the context of the energy transition, that overcome the dualist ontology crystallized in hegemonic narratives.

Keywords: Body-territory, Counternarratives, Communication as a process, Climate Crisis, Rural Social Movements.

INTRODUÇÃO

O avanço das mudanças climáticas e suas consequências para a vida humana têm pautado, nos últimos anos, o debate ambiental internacional. Fóruns como Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) reforçam a necessidade de ações imediatas para o enfrentamento da crise climática e revelam o principal agente agravante da crise: a emissão de gases de efeito estufa (GEE), especialmente o carbono (IPCC, 2023).

Nos entornos das convenções que discutem questões ambientais, chefes de Estado, corporações e outros setores afins têm firmado acordos cujas orientações acompanham as preocupações com os impactos da crise e norteiam a formulação de saídas multilaterais para o problema, especialmente em torno da mudança de base energética fóssil para alternativas livres de emissão de carbono, denominadas renováveis (Riquito, 2023).

No entanto, na prática, algumas contradições entre o que fora acordado e o que está em andamento, e entre a produção de efeitos e significados, ficaram evidentes, tais como: i) a percepção de uma apropriação corporativa das respostas à crise climática, uma vez que grandes empresas do setor energético se apoderaram do debate climático e da produção dessas energias e o transformaram em um mercado da transição (Paim; Furtado, 2024); ii) o reconhecimento de uma não substituição da matriz energética mas sim uma adição a fontes predominantes (Cataia; Duarte, 2022, p.767), ainda que seja na ordem dos planejamentos; iii) o reconhecimento da construção discursiva positiva em torno das significações sobre energia renovável, a exemplo da imediata associação sinonímica entre os termos energia limpa, livre de impactos, que oculta os efeitos socioambientais negativos (Intervozes, 2024); iv) a descaracterização dos territórios, crescimento das desigualdades e das violências locais, silenciamento das vozes dos residentes, especialmente das mulheres, de onde são instalados os megaempreendimentos da transição energética (Intervozes, 2024).

No bojo do enfrentamento à crise climática, com seu modus operandi principal de redução das questões ambientais às emissões de carbono, este artigo parte da compreensão de que, por trás dessa apropriação mercadológica do setor energético, há uma ontologia dualista, operada pelo capitalismo extrativista colonial, que fornece substrato ideológico para uma estruturação da realidade a partir de uma grande divisão entre polos opostos, como: natureza humana versus natureza não humana, em que uma é sujeito e outra objeto, uma existe para servir a outra, uma detém domínio sobre a outra (Riquito, 2023).

Em contraposição a essa narrativa dominante sobre o clima, grupos atingidos pelo modelo de transição energética insurgem, principalmente, organizados por mulheres do campo, e sugerem que existe espaço para disputa de narrativas, de cosmovisão e de modelos para a transição energética. Para elas, a relação com o território supera o utilitarismo e adentra o campo da identidade, onde as dimensões política, simbólica e comunitária se entrelaçam, numa extensão ao próprio corpo, a partir de uma cosmovisão capturada no conceito de corpo-território (Haesbaert, 2020). No contexto da violação de direitos, essa cosmovisão sustenta um fazer comunicativo de resistência, uma vez que afeta a sua condição de existência.

Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v. 22, n. 01, e7943, jun. 2026.
https://doi.org/10.18617/liinc.v22i1.7943

É o caso do que ocorre com a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia. Articulada por um conjunto de mulheres camponesas do Nordeste brasileiro, a Marcha organiza um modo de comunicação que se manifesta como um "processo de consciência-organização-ação" (Peruzzo, 2022, p. 59). A Marcha, que iniciou em 2010, acontece anualmente e, há 5 anos, tem como tema central a luta contra o modelo mercadológico centralizador de transição energética, que "estão se instalando em comunidades rurais da Caatinga, provocando danos socioambientais imensuráveis" (Iwasawa, 2024). Na ocasião da Marcha, entre o percurso percorrido e o destino final, músicas dos cancioneiros produzidos pelos movimentos populares são cantadas, cartazes, faixas, banners e estandartes são exibidos, gritos e jograis são entoados. Essas expressões apresentam o que está sendo anunciado e denunciado, a partir da cosmovisão que se pretende disputar. Além disso, o momento é encerrado com um ato político cultural, que conta com apresentações artísticas, momento para as falas e a apresentação da carta-compromisso. Na carta, principal documento síntese, as agricultoras "apresentaram denúncias e reivindicações relacionadas à centralização da produção energética por empreendimentos empresariais, e seus impactos negativos na região do semiárido nordestino" (Silva; Carvalho, 2023).

Nesse contexto, que expressa resistências e embate de narrativas/cosmovisões, este artigo propõe uma reflexão sobre as oposições inscritas em uma ontologia dualista - substrato fundamental para a elaboração e sustentação do capitalismo extrativista. Tal ontologia pressupõe a separação entre natureza humana e não humana, na qual esta última é colocada a serviço do progresso da primeira (Riquito, 2023). Em contraposição, mobiliza-se a noção de ontologia relacional, que aproxima e indissocia essas dimensões, assumindo a produção do simbólico e do político como expressão de modos de vida constituídos na relação entre território, natureza e corpo (Haesbaert, 2020). Esta última, objeto central da presente investigação, é apresentada como fundamento para uma ação política em que a comunicação opera como processo articulador da disputa de narrativas, conforme desenvolvido e apresentado em trabalhos feministas anteriores (Zurita et al., 2017; Cabnal, 2010; Cruz, 2017; Zaragocin, 2018). Para isso, temos como objetivo geral: analisar como a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia se constitui como uma manifestação/processo comunicacional que, a partir de uma ontologia relacional não dualista (corpo-território), atua na disputa narrativa em torno da crise climática. Conseguinte, delineamos os seguintes objetivos específicos: 1) observar as expressões da noção de corpo-território na Marcha; 2) interpretar as manifestações à luz do conceito de comunicação como processo; 3) descrever os entendimentos narrativos que são expostos, e postos em disputa, na manifestação.

TERRITORIALIDADES E DISPUTAS ONTOGÊNICAS

As fases de desenvolvimento do sistema capitalista abrigam, cada uma, um conjunto de cosmovisões, necessárias para a manutenção de suas estruturas de poder simbólico e/ou material. Em sua constituição moderna, a expressão do modelo capitalista extrativista revela o que Latour (1994) denomina Grande Separação, que seria uma divisão ontológica indispensável para a modernidade, na qual, em um pólo, está o sujeito (natureza humana) e, no outro, o objeto (natureza não-humana). Esta divisão sustenta uma racionalidade cuja ação assujeita o que não faz parte da natureza humana e o aloca num espaço que consolida as hierarquias de um sobre o outro. As repercussões desta

Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v. 22, n. 01, e7943, jun. 2026.
https://doi.org/10.18617/liinc.v22i1.7943

ontologia dualista reverberam em outras relações, tais como: homem versus mulher, razão versus emoção, entre outros (Latour, 1994).
No bojo dessa cosmovisão dual, a realidade estruturada robustece um triunfo da racionalidade sobre a Natureza e serve de "substrato ontológico para as práticas que causaram os níveis de destruição socioecológica a que assistimos hoje, e que continuam em constante aceleração e expansão pelas estruturas do sistema capitalista contemporâneo" (Riquito, 2023, p. 28). Estando a natureza entendida como um instrumento a serviço da humanidade, um maquinário para o progresso, dois pilares do sistema capitalista encontram suporte ideológico: o do crescimento desenfreado e o da conformação da lógica do desenvolvimento (Riquito, 2023). Em relação ao último, Peruzzo (2022) afirma que este fundamento sustenta as bases para a formação de nações denominadas subdesenvolvidas, como um produto necessário para o desenvolvimento de outras, especialmente concentradas no Norte global. Nessa relação proposital e dualista, a exploração é parte necessária do processo, assim como a divisão entre os que se apresentam como modelo a ser perseguido (o desenvolvimento) e modelo a ser dominado.

No cenário em que se confirma a dependência do sistema capitalista, de uma cosmovisão binária em relação aos territórios, a exploração da natureza e de nações sob a justificativa do progresso aceleram crises ambientais por meio de um conjunto de violências cumulativas. Estas violências, baseadas no "racismo ambiental, na apropriação privada, na mercantilização, na exploração desmedida da água, do solo e dos demais bens comuns, [...] têm raízes históricas que remontam ao colonialismo e às relações de poder e opressão do Norte sobre o Sul Global" (Intervozes, 2024, p.8).

Um caminho para responder e contrastar com esse sistema hierárquico de produção de sentidos e de significados dualistas e ditos irreconciliáveis é o que sugere Barca (2020), ao mencionar o texto da australiana e filósofa ambiental Val Plumwood, *Feminism and the Mastery of Nature* (1993), que diz que o desafio à polarização deve acontecer não num processo de reversão da relação, alterando a posição de submissão para a de domínio e vice e versa, mas sim numa ação com a finalidade de reordenar as relações dentro de suas contradições, a partir de alternativas não-hierárquicas. Além desse, outras alternativas para formulação de soluções aparecem, tais como: a necessidade de reconfiguração das forças e meios de produção, denominadas *White (M)Anthropocene*, e o resgate ao conjunto de práticas e de histórias alternativas que resistem ao modus operandi do modelo hegemônico (Barca, 2020).

Epistemologias latino-americanas e decoloniais, especialmente vivenciadas e organizadas por mulheres indígenas, marisqueiras, camponesas e quilombolas, vêm demonstrando uma forma de existência, de relação com o território e de produção de sentidos que descaracteriza e rompe com o modelo ontológico hegemônico ocidental. Isso pode ser visto em estudos sobre modo de vida e relação com cosmologias andinas por parte das mulheres do setor primário equatoriano; ou em pesquisas sobre a experiência de vida de mulheres indígenas, rurais e da Amazônia, em sua imediata relação coletivista entre corpo, produção do território e exposição das contradições do pensamento colonial; e, também, na luta das mulheres em defesa das águas, como resistência organizada contrária aos megaprojetos extrativistas; entre outros (Zurita et al., 2017; Cabnal, 2010; Cruz, 2017; Zaragocin, 2018). Nessa filosofia do conhecimento e de existência, a relação entre território e corpo (composto por raça, gênero, sexualidade, idade e classe econômica), centraliza a coletividade e o fazer comunitário como modo de vida. O território assume a posição de um espaço a ser vivido onde o simbólico, o político e o corpóreo se articulam (Haesbaert, 2020).

Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v. 22, n. 01, e7943, jun. 2026.
https://doi.org/10.18617/liinc.v22i1.7943

As tradições e experiências ameríndias refletem uma oposição ontológica quanto à relação de existência dos corpos em seu território. Em termos de conceituação, Haesbaert (2020) aponta duas expressões, que, com ênfases distintas, contribuem simultaneamente para entender a cosmovisão produzida por essas mulheres: a concepção de corpo-território e de território-corpo da terra. A primeira sinaliza que o corpo, especialmente o feminino, ocupa a posição de primeiro território, que abriga violências coloniais-patriarcais e de gênero, que carrega a potência da r-existência (existir resistindo) e que determina a indissociação entre vida e terra. A segunda amplia a anterior, e defende a terra como um organismo vivo que participa e é condição necessária para a vida humana.

A crise ambiental tem exposto uma contradição na forma de pensar. A ontologia dominante, produzida pela modernidade capitalista/industrial, binariza e hierarquiza as relações, e "concebe a natureza como uma máquina, passível de ser calculada, quantificada, manipulada" (Riquito, 2023, p. 29). Haesbaert (2020) sugere o resgate do Nós, desgastado no mundo moderno, a partir da reflexão e retomada de outros modos de pensar existentes, como os conhecimentos produzidos pelos povos wayuu, añuu, misak, mapuche e diversos grupos latinos.

As significações produzidas em torno da noção de corpo-território se revelam potentes para observar a relação que os movimentos de mulheres camponesas estabelecem com a terra e com o território, ao elaborar um processo coletivo de rompimento com a ontologia dualista. Essa lente prática e teórica também permite compreender como o corpo dessas mulheres é colocado no espaço público, onde elas produzem resistências. Essa ambivalência é o que propomos observar e dialogar com a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia.

COMUNICAÇÃO COMO PROCESSO E DISPUTA DE NARRATIVA

Dentro da estrutura de exploração do capitalismo, em sua fase atual, nos contextos marcados pela "traição do direito de ser" (Freire, 2017, p. 74), a consciência de que a história é possibilidade, decisão, e não determinação, pode orientar a ação objetiva e dialética que engendra em uma transformação capaz de superar a constatação e as estruturas de violência. Esse direito de ser, violado, resultado de uma ordem de produção de desumanização, instaura a vocação do *ser menos* naqueles que estão no polo oprimido da relação. Contudo, em uma consequência dialética, essa violação revela que somente estes oprimidos, ao tentarem recuperar a vocação de *ser mais*, conseguem restaurar a humanidade coletiva, e libertar a si e, paradoxalmente, aos seus opressores (Freire, 2018).

Nessas estruturas de violações e das lutas por libertação, a comunicação é convocada para agir como processo, como um conjunto de práticas articuladas, catalisadoras da emancipação (Nascimento et al., 2024), a partir da conformação de um ciclo de consciência, organização e ação (Peruzzo, 2022). Essa forma de conceber a comunicação, através de experiências de resistência popular organizada, não se atém, prioritariamente, aos elementos desse tecido comunicativo, ao percurso, às mediações, aos efeitos, uma vez que processo é entendido como "uma práxis prolongada e dinâmica, com múltiplas faces, que se constitui inserido nas amplas dinâmicas de conscientização, mobilização, organização e ação comunitárias (Peruzzo, 2022, p.131).

Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v. 22, n. 01, e7943, jun. 2026.
https://doi.org/10.18617/liinc.v22i1.7943

Para que essa denominada práxis dinâmica e prolongada se realize, no contexto de luta contra um sistema de opressões, a comunicação, como processo, evoca duas interfaces necessárias à sua efetivação e compreensão: a do contexto e a do diálogo. Ambas são partes constitutivas da estrutura processual, uma vez que, não há humanidade ou pensamento que exista de forma isolada, e que o comunicar "é comunicar-se em torno do significado significante [...] o que caracteriza a comunicação, enquanto este comunicar comunicando-se, é que ela é diálogo, assim como diálogo é comunicativo" (Freire, 1983, p. 45).

Portanto, a ação em torno de uma práxis emancipatória entende que a comunicação como processo:

> configura dinâmicas amplas de mobilização, organização e ação coletivas atravessadas por uma comunicação que é necessariamente dialógica, principalmente quando não depende totalmente de meios tecnológicos, embora sejam facilitadores e estejam presentes, e ainda por não se prestar a ser isolada do contexto da práxis dos atores coletivos, como as associações comunitárias, os sindicatos rurais e os movimentos sociais populares (Peruzzo, 2022, p.134).

Convém frisar, ainda, que esse modo de interpretar e posicionar a comunicação permite a articulação de um conjunto organizado de práticas, cuja finalidade é a de manifestar os anseios e visão de mundo da classe marginalizada (Peruzzo, 2008), abrindo espaço para que cosmovisões distintas possam conflitar. Essas visões em conflito disputam o terreno das construções narrativas, que designam a forma cultural com que a realidade é interpretada pelos indivíduos, em seus determinados contextos (Fraga, 2013).

Dentre o conjunto de narrativas existentes, que perpassam pela organização da experiência humana, Barthes (1971, p. 18-19) afirma que

> a narrativa pode ser sustentada pela linguagem articulada, oral ou escrita, pela imagem, fixa ou móvel, pelo gesto ou pela mistura ordenada de todas estas substâncias; está presente no mito, na lenda, na fábula, no conto, na novela, na epopéia, na história, na tragédia, no drama, na comédia, na pantomima, na pintura, [...] no vitral, no cinema, nas histórias em quadrinhos, no fait divers, na conversação. Além disso, a narrativa está presente em todos os tempos, em todos os lugares, em todas as sociedades [...] não há em parte alguma povo algum sem narrativa.

Seguindo critérios próprios de identificação e aplicação, tais como a presença do/no tempo, que possibilite a compreensão dos fatos, de enredo, que movimente o estado das coisas, de elementos dotados de ação e a existência de espaços para o desenrolar das situações (Fraga, 2013), as narrativas compõem o mundo cultural/relacional e são/estão em constante disputa no universo da produção de sentidos coletivos.

No contexto da crise ambiental, reduzida à crise climática, há o predomínio de uma metanarrativa em torno da transição energética, com a finalidade de justificar a ampliação de fronteiras de exploração, sem medir os impactos sociais, ecológicos e humanos que podem ser gerados no entorno (Riquito, 2023). Nesse sentido, a comunicação emancipatória se inscreve como instrumento e como processo necessário para que outras narrativas, principalmente não dualistas, forjadas na luta popular, possam entrar no quadro de disputas.

A síntese dessas perspectivas supracitadas, que envolve desde a compreensão de ontologias em disputa, até a comunicação organizada como processo para disputa de narrativas, fornece um quadro teórico-analítico para examinar a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia.

METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa e utiliza a análise de conteúdo como principal procedimento metodológico. Quanto à pesquisa qualitativa, a escolha se dá por esta buscar compreender um fenômeno social a partir de contextos e da interpretação dos sentidos, considerando questões vinculadas à vida humana em suas complexidades não quantificáveis que superam a objetividade (Flick, 2009). Para refletir sobre as implicações resultantes da Marcha como instrumento de manifestação de uma ontologia relacional com o território, bem como um processo de disputa de narrativas sobre a crise climática, e principalmente, sobre a transição energética, a pesquisa qualitativa permite explorar com profundidade o processo, por priorizar a compreensão de significações presentes nas relações sociais.

Tomando como objeto de análise o processo comunicacional da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, o Instagram cuja conta é @marchapelavidadasmulheres, foi escolhido como perfil a ser analisado por: a) funcionar como um canal oficial de repercussão de informações gerais sobre a Marcha; b) apresentar-se como espaço onde circula a maior variedade de conteúdos sobre o tema; c) constituir a rede social de maior alcance numérico relacionado aos assuntos exclusivos da Marcha. Embora as mídias sociais do Polo da Borborema — rede de sindicatos de trabalhadores(as) rurais da Borborema, da qual a Marcha surge como expressão do movimento de mulheres — também constituam um *corpus* relevante de análise, em razão do alcance numérico e do conteúdo das publicações, esta pesquisa optou por restringir seu foco ao canal oficial da Marcha no Instagram.

Quanto à definição do *corpus*, a análise foi delimitada à edição da Marcha realizada em 2025, na cidade de Esperança (PB), abrangendo o período de janeiro até março, intervalo que corresponde à organização prévia, à realização da manifestação e ao encerramento do calendário nacional de luta pela vida das mulheres. Já com relação aos procedimentos para a coleta de dados, foram realizadas capturas de tela, no caso de imagens (fotos, *folders*, artes gráficas), e, no caso dos vídeos, foram baixados através do site https://snapinsta.com.br/, todos acompanhados do *link* da publicação. Em seguida, foram organizados em pastas por fase do processo temporal da Marcha, em si, sendo: fase 1) convocação/mobilização; fase 2) preparação/produção; fase 3) execução/Marcha em si; fase 4) memória/repercussão. As fases mencionadas foram utilizadas como marco para identificação e organização da quantidade de publicações em relação ao tempo. Em cada uma dessas pastas, foram organizadas subpastas por tipo de conteúdo, sendo: a) vídeo; b) foto; c) arte gráfica/*design*.

A técnica adotada para a análise dos dados coletados é a análise de conteúdo, com base na noção de categorização proposta por Bardin (2016), que compreende as categorias como conjuntos de classes que reúnem elementos em razão de suas semelhanças, e comporta duas etapas principais: o inventário e a classificação. Esse método (e instrumento) se trata de uma técnica híbrida que relaciona

sistematizações à análise qualitativa, que, quando aplicada às mediações comunicativas, contribui para explicar "as causas e os efeitos inerentes a essa mediação simbólica" (Júnior, 2011. p. 281). A análise parte de uma tríade conceitual, exposta no campo das discussões bibliográficas, sendo: a) critério de corpo-território: como as publicações expressam essa dimensão ontológica, que se articula com o primeiro objetivo específico; b) critério de processo comunicativo: como o fazer comunicativo das postagens revela a construção contínua de sentido, que corresponde ao objetivo específico de número dois; c) critério da disputa de narrativa: que contranarrativas são expostas e que dizeres são enunciados que contestam as narrativas dominantes, articulando o terceiro objetivo específico.

Por fim, quanto ao procedimento de organização de categorias, posterior ao levantamento dos dados, foram realizadas três etapas. A primeira foi a de descrição de cada publicação, referente ao conteúdo comunicado e à data de postagem, na seguinte ordem: iniciando em janeiro, com o primeiro post codificado como M001, e finalizando em março, com o último post codificado como M037. Na segunda etapa, foi utilizada a inteligência artificial DeepSeeck, a partir de um comando que orientou a organização dos 37 *posts* por proximidade temática, com base no conteúdo de cada publicação (sem qualquer alteração do texto original, apenas reorganização). A última etapa foi a de verificação e organização desses conteúdos aproximados, e de formulação das categorias, de acordo com os três eixos de análise (corpo-território, comunicação como processo e disputas de narrativas), para observação de padrões e formulação de subcategorias.

ANÁLISE

A partir da organização e categorização do *corpus* de análise, foram levantadas 37 publicações, correspondentes ao período. Sendo elas: 15 publicações gráficas (34%, representadas por artes gráficas, *design*, que mesclavam imagem e texto), 20 vídeos em formato vertical (54%, dos conteúdos, formato predominante) e 3 publicações de registros fotográficos (8%). Dentre as publicações, assuntos adjacentes que constituem um processo comunicativo em torno de bandeiras de luta levantadas pela Marcha apareceram, e também foram observadas seguindo os 3 critérios teórico-analíticos elencados.

Como resultado da primeira etapa de organização do inventário das publicações, foi identificado que a fase com maior quantidade de publicações foi a de convocação e mobilização, com quantidade de 23 *posts*, que representaram o núcleo da estruturação dos dizeres, com foco na apresentação e produção de sentido. Em seguida, a fase de preparação, que representa a estruturação demarcada por encontros e reuniões entre sindicatos e movimentos, com 5 publicações, e a execução/Marcha, em si, que representa o momento da atividade, também com 5 *posts*. Na fase de memória e reverberação, cujo intuito se refere à projeção de sentidos e reverberação da atividade, foram feitos 2 *posts*. Por fim, foram feitas 7 publicações, que auxiliaram na produção de um contexto para a Marcha, de forma indireta. Do total de postagens, 70,27% foram feitas em fevereiro, mês que antecede a manifestação; 5,41%, em janeiro; e 24,32%, em março. Com relação aos formatos de conteúdo, a predominância foi de conteúdos em vídeo, no formato vertical, entre depoimentos, convocação direta, cantoria e entrevista, representando 21 publicações. As demais postagens se dividiram entre artes gráficas e registros fotográficos.

Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v. 22, n. 01, e7943, jun. 2026.
https://doi.org/10.18617/liinc.v22i1.7943

As 37 publicações, que compõem o *corpus* da análise, foram observadas individualmente, levando em consideração os elementos visuais (fotografias, componentes gráficos, ambiente), textuais (escritos no *design*/arte gráfica ou nas legendas), e, em vídeos, o que estava sendo dito/conteúdo da fala, e quem estava falando. A junção entre mensagem de denúncia e de anúncio de alternativas para a crise climática, especialmente relacionada à transição energética, está presente na maior parte das postagens. Todas as publicações, diretamente relacionadas à mobilização, preparação, execução, memória ou de contexto indireto à manifestação, estiveram inseridas num contínuo de lutas relacionadas. Além disso, a crítica à transição energética mercadológica/corporativa, especialmente relacionada ao modo de execução, é apontada como eixo central presente nos *posts*.

A segunda etapa, posterior ao inventário, envolveu a aplicação dos três critérios de observação dos conteúdos, derivados da discussão referencial, bem como a identificação de padrões em cada uma das categorias, com vistas à formulação de subcategorias. Conforme apresentado na seção de Metodologia, essa fase foi organizada em três momentos: a descrição das publicações, a organização por proximidade temática e a verificação e sistematização das categorias e subcategorias. A partir dessa etapa, foram sistematizados, por tema, categoria e subcategorias, os seguintes dados apresentados no Quadro 1:

Quadro 1. Distribuição dos eixos de análise (temas) em categorias e subcategorias.

Tema	Categoria	Subcategorias
1) Corpo-território	1.1) Práticas e histórias corporificadas na relação com o território	1.1.1) Viver no campo como um direito afirmado
		1.1.2) Território rural como espaço para produção da vida humana
	1.2) Política de r-existência	1.2.1) Assumir o corpo como território de luta
	1.3) Elementos visuais e de espacialidade	1.3.1) Produções revelam pertencimento
		1.3.2) Organicidade como expressão da coletividade
2) Comunicação como processo	2.1) Mobilização e articulação	2.1.1) Integração da agenda nacional de luta
		2.1.2) Produção de sentido e diálogo em rede
		2.1.3) Divulgação colaborativa
	2.2) Construção de sentido	2.2.1) Permanência do mote central
	2.3) Temporalidade	2.3.1) Sincronicidade da manifestação
		2.3.2) *Timing* da proposição
3) Dizeres narrativos	3.1) Sujeito político afirmado	3.1.1) Porta-vozes da própria realidade
		3.1.2) Defesa do modo de vida
		3.1.3) Memória viva e histórico de lutas
	3.2) Contra modelo hegemônico	3.2.1) Crítica ao modelo de transição energética
		3.2.2) Crítica à concepção de progresso

Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v. 22, n. 01, e7943, jun. 2026.
https://doi.org/10.18617/liinc.v22i1.7943

	3.3) Contra-ataque à narrativa dominante	3.2.3) Crítica ao modelo econômico 3.3.1) Em defesa da Borborema Agroecológica 3.3.2) Transição energética sim, mas não assim 3.3.3) É pela vida das mulheres 3.3.4) Divisão justa do trabalho

Fonte: Os Autores (2026).

Cada uma das categorias desdobrou-se em subcategorias, apresentadas no quadro acima, que representam a expressão dos três eixos teóricos relacionados com o que é produzido e significado pela Marcha, a saber: corpo-território, comunicação como processo e dizeres narrativos.

Corpo-território

Com relação ao critério corpo-território, relacionado ao primeiro objetivo específico: como as publicações expressam essa dimensão ontológica, e se/como materializam essa cosmovisão, foram identificadas três categorias de unidades de pensamento. A primeira, denominada Práticas e histórias corporificadas na relação com o território, expressa o modo de vida no campo como um direito a ser defendido e garantido, se distanciando de uma racionalidade que instrumentaliza a natureza, e propondo uma interação em que a terra (campo) seja compreendida como espaço para produção e reprodução da vida humana. A defesa sugere que o modo de vida relacional com o campo seja dotado de segurança, sem hierarquias e violências, e que as implicações da racionalidade moderna não sejam uma ameaça à concepção defendida, como é mencionado por um jovem camponês, em um dos vídeos de mobilização para a Marcha, ao dizer que "a energia renovável não pode significar a expulsão de nosso povo, do campo". Além disso, a Marcha é mencionada como instrumento que apoia e liberta mulheres do campo de situações de opressão, e as mobiliza para a luta pela terra, como pode ser visto na entrevista concedida por uma integrante, que percebeu ser vítima de violência doméstica no campo através de encontros com o grupo de mulheres que organiza a manifestação. Em decorrência da constatação, a mulher encontrou na Marcha um espaço de acolhimento, se identificou e passou a somar na reivindicação por direitos à terra. A segunda, denominada Política de reexistência, define a ação objetiva de existência que, necessariamente, é resistência, organizada pelas mulheres. Para tal, o corpo das mulheres, entendido como primeiro território de luta, precisa estar no centro do debate para a produção de liberdade, não podendo ser dissociado do território, como afirmam em uma das canções, que diz "não tenho dono, não sou propriedade, eu quero liberdade, me deixa ser mulher!". A ameaça ao território campesino significa interrupção de uma forma de existir, do corpo existir como tal. A terceira, definida como Elementos visuais de espacialidade, demonstram que o modo de realização e produção da Marcha, da confecção de materiais, das escolha dos componentes visuais estão associados a um fazer de pertencimento, lugar onde os saberes são compartilhados. Este modo de expressão revela a existência de uma coletividade que sustenta a organicidade da Marcha.

De acordo com (Haesbaert, 2020), as lutas territoriais manifestadas no conceito de corpo-território precisam ser compreendidas dentro do contexto da busca por direitos, em que o corpo assume a postura de primeiro espaço de existência, onde essas violências se inscrevem. A manifestação do

vocabulário e do conjunto de elementos visuais que vinculam os conceitos centrais de luta, território, mulheres e corpo (que falam, convocam e lutam) explicita a defesa de uma ontologia que indissocia a luta pela defesa do território da luta pela vida daqueles que habitam nele. A realização dessa relação, que determina a impossibilidade de separação de lutas (pela terra e pela vida das mulheres campesinas), se dá na apresentação da visão de mundo defendida, encarnada no modo de vida e de reivindicação pública, na manifestação do corpo em ação e na chamada para manifestação como um dever coletivo que convoca à negação da violência patriarcal, como sugere Cruz (2017). Os testemunhos dão rosto ao que se reivindica, e o que é dito demonstra uma relação com a terra que supera sua instrumentalização. Essas mulheres campesinas, ao colocarem o corpo em movimento, numa agenda programática com objetivos em definição, com organicidade que comporta as decisões, através de afirmações como "Pelo direito aos nossos corpos e territórios. Pela liberdade!", como expresso em uma das publicações, provocam uma associação imediata que localiza o corpo como instrumento de luta e que "pone en el centro lo comunitario como forma de vida" (Cruz, 2017, p.8).

Quando dito por uma das agricultoras que "os corpos que falam", em um dos vídeos, o contexto torna possível a compreensão de que aquele corpo, que existe no território, produz um outro sentido relacional com a terra, que o produz e alimenta. Além da definição do corpo coletivo e plural, a concepção de divisão, como característica presente na ontologia moderna (Latour, 1994), que se expressa no tratamento à crise climática, é denunciada diretamente pela Marcha nos dizeres da manifestação, como o dito em uma publicação: "não somos contra a energia renovável, mas somos contra um modelo que destrói tudo o que construímos com luta e resistência". O que fica proposto é um novo lugar, comum à produção de uma relação generosa entre natureza humana, natureza não humana e a concepção de um futuro. A natureza, nessa perspectiva, se expressa como um todo comum, diferente em seu modo de ser, mas integral na soma de seus pares: humano e não humano. Uma existe em relação à outra, e por isso o corpo é, necessariamente, território, e vice-versa. O "nós", proposto pelas mulheres campesinas, se aproxima do que Haesbaert (2020) sugere como uma concepção de vida a ser resgatada e que pode ser entendida a partir dos conhecimentos dessas mulheres que resistem na América Latina e Caribe.

Comunicação como processo

Para o critério de processo comunicativo, referente ao segundo objetivo específico da pesquisa — interpretar as manifestações à luz do conceito de comunicação em processo —, foram percebidas três categorias. A primeira, que ficou definida como Mobilização e articulação (nas ruas e nas redes), demonstra a integração da Marcha a um calendário nacional de lutas, de forma que a manifestação seja um instrumento de um processo coletivo do país. Os conteúdos revelaram, também, abertura para o diálogo e o público é convidado a interagir. Reações contrárias, ao que é defendido pelas mulheres, também aparecem, como em "Vocês arrumaram uma história que não é escrava de homem". Os conteúdos produzidos são publicados, prioritariamente, em colaboração com perfis que abordam pautas similares, com a finalidade de produzir unidade de sentidos. Para isso, são utilizados recursos como o uso de hashtags, que denotam consistência no processo: #16MarchaPelaVidaDasMulheres; #PorqueMarchamos; #MulheresemLuta; #EnergiaParaQuem. A segunda categoria, denominada Construção de Sentido, faz referência à manutenção do lema central da Marcha, "Mulheres em Defesa da Borborema Agroecológica", por quatro edições seguidas, e da campanha #PorqueMarchamos, composta por sete vídeos em que integrantes da Marcha

Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v. 22, n. 01, e7943, jun. 2026.
https://doi.org/10.18617/liinc.v22i1.7943

compartilham os motivos pelos quais a manifestação deve acontecer e quais os sentidos estão em disputa. Em ambos, a comunicação evidencia o processo de repetição como parte necessária para a consolidação de uma ideia, e para produção de sentidos. A terceira categoria, Temporalidade, faz referência à sincronicidade entre o ambiente digital e presencial, uma vez que as manifestações nas ruas foram veiculadas nas redes de forma simultânea, para conformar a Marcha como instrumento que comunica enquanto acontece. O momento da proposição da manifestação também faz parte de uma escolha processual tática, uma vez que integra a Marcha em uma estratégia nacional que promove atenção pública para o debate da vida das mulheres e das lutas do campo, com o "Dia de Mobilização Nacional pela Vida das Mulheres", o "Centenário de Elizabeth Teixeira", além do calendário de lutas nacionais proposto pelo mês das mulheres, em razão do 08 de março.

A comunicação da Marcha revela um despertar de consciência que ocorre em razão da violação de direitos e da necessidade de ampliação de novos direitos. Quando Freire (2018) fala sobre a potência de ser do oprimido, sequestrada por aquele que o oprime, e que só é devolvida, a ambos, através da luta por libertação, ele afirma que este *que fazer,* que promove a liberdade, é processo e exige fluxo, desenvolvimento de táticas e um verdadeiro sistema organizativo. A Marcha, através das manifestações comunicativas, age de forma processual uma vez que trabalha com participação em agenda de lutas integradas, constrói campanhas próprias de mobilização e de conscientização, define suas bandeiras de luta através de sínteses coletivas, comunica em tempo real os fatos ocorridos, propõe a interação e engajamento do público em geral, e organiza a ação em um momento de convergência da atenção do poder público para as pautas relacionadas aos direitos das mulheres e das populações rurais.

Por se tratar de processo, as mediações comunicativas compõem um eixo necessário, mas não encerram o ciclo, que envolve consciência-organização-ação (Peruzzo, 2022). Esse ciclo demanda compreensão sobre os contextos, interação pedagógica com os sentidos em disputa e uma prática organizativa que inclua procedimentos táticos e diálogo. Aqui, o processo comunicativo se comporta como mecanismo que fortalece a capacidade responsiva dos agentes afetados, no contexto de defesa de direitos e de desarranjo do que é informado/dito, abraçado pela noção de resiliência informacional (Nascimento et al., 2024). Há, portanto, um intervalo programático entre o que se contesta, propõe e realiza, em que a determinação e execução das etapas do processo comunicativo mediam uma interação entre as mulheres campesinas afetadas, a sociedade civil e governantes; elas expressam um "que fazer" epistemológico e prático, contestam dizeres através de interfaces variadas e da unificação da agenda de lutas, e propõem um horizonte próprio de sua cosmovisão. Dentre os materiais publicados, as campanhas são exemplos que assumem o diálogo como ferramenta para a batalha das ideias, e que transformam uma mensagem em um processo comunicativo dividido em etapas e com finalidade definida, cuja repetição fortalece a produção de sentidos a médio e longo prazo.

Disputa de narrativa

Já com relação ao critério da disputa de narrativa (contranarrativa), referente ao terceiro objetivo específico elencado — descrever os entendimentos narrativos que são expostos, e postos em disputa, na manifestação —, também foram organizadas três categorias. Na primeira, Sujeito Político Afirmado, as mulheres assumem o papel de porta-vozes da realidade posta e do que quer ser comunicado. Elas expressam seus desejos à terra, ao direito à vida e contra a violência patriarcal, bem

Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v. 22, n. 01, e7943, jun. 2026.
https://doi.org/10.18617/liinc.v22i1.7943

como anunciam alternativas à crise climática com palavras de ordem, cantorias e produções textuais. O protagonismo na ação evidencia a defesa do modo de vida como eixo central para produção dos sentidos compartilhados, do que é transmitido para a sociedade e das reivindicações. Como parte dos dizeres que estão em disputa e que estabelecem contranarrativas, elas relacionam o comunicado às bandeiras de luta, como expresso na arte gráfica "nossas vidas não são renováveis". Outra parte dessa afirmação do protagonismo está relacionada à memória da luta e ao retorno constante do histórico de conquistas. As publicações mencionam conquistas por terra, por cisterna, por direitos trabalhistas rurais, assim como retomam a memória de quem está, historicamente, associada à luta por direitos, como Elizabeth Teixeira e Eunice Paiva. Esse movimento demonstra a formação de um imaginário de possibilidades, em que a Marcha pode ser compreendida como instrumento que produz conquistas reais para a vida das mulheres, bem como rememora o histórico de pessoas que mantêm viva a luta.

A segunda categoria, denominada Contra o modelo hegemônico, apresenta a espinha dorsal da crítica à ideologia produzida pelo capitalismo extrativista moderno. Como mencionado em uma publicação, "se não considerarmos um novo modo de nos relacionarmos com a natureza, não considerarmos as desigualdades sociais e a transformação de poder, toda ação não passará de transações energéticas", a Marcha direciona a crítica à forma como a transição energética está sendo orquestrada, ao modelo de produção econômica e à noção de progresso em detrimento da natureza. Entre os elementos visuais analisados, são expostas reivindicações às convicções do modelo dualista, em, por exemplo, ilustrações de mulheres partindo ao meio as torres de energia eólica, com a feição de revolta, em fotografias de mulheres com punhos erguidos e com cartazes com denúncias, em mãos, e em vídeos com mensagens reflexivas que delineiam as críticas.

A última categoria, denominada Contra-ataque à Narrativa, relaciona-se diretamente à produção dos sentidos em disputa. Os elementos da identidade visual (paleta de cores, texturas, estilos de *design* e lema), junto aos conteúdos produzidos conformam um caminho de manifestação de uma narrativa contrária à dominante. Dentre os dizeres comunitários, estão: a "Defesa da Borborema Agroecológica", que representa a relação entre as mulheres rurais e o direito de existir e de produzir agroecologia; a apresentação de uma transição energética alternativa, com "Transição energética, sim! Mas não assim!" e "Transição ou transação energética?", a defesa da vida das mulheres como espaço de respeito e a denúncia do aumento das violências de gênero nos territórios onde os megaprojetos se instalam, com "É pela vida das mulheres" e "Nossas vidas não são renováveis"; a luta pela divisão justa do trabalho, com garantia de direitos, expressa na fala de uma das integrantes da coordenação da Marcha: "é uma luta das mulheres para poder participar dos espaços públicos" e na "Campanha pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico".

As narrativas que circulam na sociedade estão vinculadas e conduzem a interpretação da realidade, em contextos distintos (Fraga, 2013). No contexto das narrativas que a Marcha coloca em disputa, imagens e textos, em formatos variados (vídeos, podcasts, cartazes, banners, panfletos, entre outros), constroem o corpo que apresenta à sociedade o que quer ser anunciado. Barthes (1971) afirma que o conjunto desses elementos variados é o que pode sustentar uma narrativa. A comunicação da Marcha se conforma, fundamentalmente, como expressão de uma narrativa que se constrói e se manifesta em oposição à metanarrativa sobre a crise climática (Riquito, 2023), configurando um campo em disputa. Seja na escolha por quem comunica ou no que é comunicado, os dizeres propostos pela Marcha aparecem nas denúncias explícitas às narrativas dominantes, como em um vídeo em que a

coordenadora da Marcha fala: "em nome desse cenário catastrófico, ao invés de se repensar nosso modo de vida, acreditam que, se substituirmos as fontes de energia baseadas em combustíveis fósseis, por aquelas de baixa emissão de carbono, pronto, a solução estaria dada, sem sequer repensar o modelo de produção e consumo", aparecem também nas denúncias às contradições do modelo de enfrentamento à crise climática e na manifestação de uma resposta coletiva para o colapso ambiental.

O conjunto de práticas associadas aos dizeres das mulheres campesinas em Marcha anuncia uma forma de interpretar a realidade e de propor um modo relacional com a natureza. Essas narrativas articulam um conjunto de ferramentas de comunicação para colocar a contranarrativa no terreno da disputa de sentidos e de produção de cultura coletiva. Quando as mulheres articulam elementos narrativos mencionados por Fraga (2013), como o tempo histórico e presente (retomando a relação ancestral com a terra e o direito constitucional atual), o enredo (com produção de conteúdo em linguagens variadas, atribuídos de história e significados), a ação (com manifestação, disputa de dizeres em interfaces variadas e indissociação da luta como modo de existência) e o espaço (como o ambiente virtual e as ruas), anunciam verbalmente ou imageticamente, oral ou escrita, fixa ou móvel, como caracteriza Barthes (1971), um modo cultural de existir que diverge do que é proposto pela visão hegemônica. Portanto, pode-se compreender que as campesinas têm como objetivo, a partir da retomada desses dizeres hegemônicos e da proposição de sua ação, não somente a apresentação de uma contraproposta, mas sim o anúncio de uma realidade existente e objetivamente possível.

CONCLUSÃO

O trabalho presente não teve como objetivo esgotar o tema proposto, tampouco isso seria possível dada a complexidade dos entraves relacionados à crise ambiental/climática e à resistência popular, bem como dada a vasta produção de conteúdo comunicacional da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, ao longo dos anos de existência. O artigo compõe a etapa inicial de uma pesquisa que, posteriormente, busca uma aproximação dialógica com a Marcha e com as epistemologias por ela propostas.

Portanto, este artigo buscou produzir uma análise da Marcha, através de uma tríade de conceitos que articulam as noções de corpo-território, de comunicação como processo e de narrativas em disputa, em torno da crise climática e, mais precisamente, do principal encaminhamento resolutivo proposto por órgãos governamentais: a transição energética. Para isso, foram mapeadas as produções disponíveis nas redes sociais da Marcha, no período estabelecido entre janeiro e março de 2025, momento que comporta o início das articulações voltadas à manifestação até o final do calendário de lutas das mulheres. Posteriormente, os dados coletados foram organizados, seguindo duas etapas sugeridas para análise de conteúdo: produção de inventário e categorização, conforme Bardin (2016). Após a primeira segmentação, os dados foram reorganizados e interpretados, seguindo os três critérios estabelecidos, e desmembrados em categorias. Cada categoria foi fragmentada em subcategorias, com interpretações próprias, à luz das concepções teóricas abordadas.

A interpretação do *corpus* revelou que a Marcha manifesta disputas de ordem narrativa, através da negação das metanarrativas comerciais de enfrentamento à crise climática, da exposição das narrativas

Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v. 22, n. 01, e7943, jun. 2026.
https://doi.org/10.18617/liinc.v22i1.7943

de resistência coletiva, e por meio do fortalecimento das identidades que constroem o movimento. Através de um léxico recorrente, em torno da relação que as mulheres do campo constroem com o território, a concepção de corpo-território (ontologia relacional) apresenta uma divergência com a ontologia dualista, que trata a natureza como objeto da satisfação humana. Além disso, a comunicação se estabelece como um processo para formação do terreno no campo dos embates de ideias e de práticas, e se manifesta como o próprio modo de organização da Marcha. Ela perpassa por todas as etapas organizativas, manifesta as mensagens centrais, a partir de formatos próprios, dispõe de campanhas próprias, educa e estimula o diálogo com o público.

Ainda que a pesquisa tenha um *corpus* limitado, em comparação com a quantidade de materiais produzidos em 17 edições, ela oferece um olhar particular para um objeto pouco abordado na literatura científica. Entre as contribuições possíveis que este estudo pode oferecer, destacam-se duas: a) a demonstração de que fenômenos locais/regionais precisam ser investigados por, principalmente, reproduzirem disputas globais; b) a colaboração que estudos como esse pode oferecer para pesquisas em comunicação como processo (em alguns contextos, comunicação popular ou comunitária), resistência organizada e crise ambiental.

Agradecimentos

Agradecimento especial à Sarah Coelho Regis Santana. Minha eterna companheira, grande amor e quem primeiro incentivou, leu e concordou. Descanse em paz!

Agradecimento à Professora Dra. Flávia Affonso Mayer, que primeiro estimulou a escrita do artigo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE ZURITA, S. ; GARCIA OLIVA, M. e YUNGÁN, R.. 2017. La Pachamama: mujeres trabajando com o que tierra nos da. In: Lima, E. F. e Aurazo, C. (orgs.) **Identidade e diversidade cultural na América Latina.** Porto Alegre: Editora Fi.

BARCA, Stefania. **Forces of reproduction:** notes for a counter-hegemonic anthropocene. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARTHES, Roland. Introdução à análise estrutural da narrativa. In: BARTHES, Roland (org.). **Análise estrutural da narrativa.** Rio de Janeiro: Vozes, 1971. p. 19-60.

CABNAL, L. 2010. Acercamientos a la contrucción de la propuesta de pensamiento epistemológico de mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya-Yala. **Feminismos diversos**: el feminismo comunitario. ACSUR, p. 11 25.

CRUZ HERNÁNDEZ, D. T. 2017. Una mirada muy otra a los territorios-cuerpos femeninos. **Solar**, vol. 12, n. 1, p. 35-46.

IWASAWA, Nathália. Mulheres resistem e fazem agroecologia no Polo da Borborema. **Brasil de Fato**, 3 abr. 2024. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2024/04/03/mulheres-resistem-e-fazem-agroecologia-no-polo-da-borborema/. Acesso em: 22 dez. 2025.

CATAIA, Márcio; DUARTE, Luciano. Território e energia: crítica da transição energética. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 18, n. 36, 2022. DOI: 10.5418/ra2022.v18i36.16356. Disponível em: https://doi.org/10.5418/ra2022.v18i36.16356. Acesso em: 22 dez. 2025.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRAGA, Emerson Fonseca. **Disputa simbólica pelo poder político:** a construção narrativa do jornalismo. 2013. Disponível em: https://bdm.unb.br/handle/10483/5615. Acesso em: 10 jan. 2026.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 55. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 66. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. **GEOgraphia**, Niterói, v. 22, n. 48, p. 139-159, 2020. DOI: 10.22409/GEOgraphia2020.v22i48.a44966.

INTERVOZES. **Vozes silenciadas:** energias renováveis e direitos humanos. [S. l.]: Intervozes, nov. 2024. Disponível em: https://intervozes.org.br/wp-content/uploads/2024/11/VozesSilenciadasER-Out24-Digital-1.pdf. Acesso em: 6 jan. 2026.

IPCC. **AR6 synthesis report:** climate change 2023. Intergovernmental Panel on Climate Change, 2023. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/sixth-assessment-report-cycle/. Acesso em: 22 dez. 2025.

JUNIOR, Wilson C. da Fonseca. Observação participante e pesquisa-ação. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. p. 281-303.

LATOUR, Bruno. **Nous n'avons jamais été modernes.** Paris: La Découverte, 1994.

NASCIMENTO, Geysianne Felipe do; BRISOLA, Anna Cristina Caldeira de Andrada; BRASILEIRO, Fellipe Sá; ALVES, Edvaldo Carvalho. Estratégias de combate à desinformação: relatos de experiências de ações na perspectiva da pedagogia crítica da informação. **Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 9, 2024.

PAIM, Eliane; FURTADO, Fabrina. Energia renovável e extrativismo verde: transição ou reconfiguração? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais,** São Paulo, v. 26, p. 1-28, 2024. DOI: 10.22296/2317-1529.rbeur.202404.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. **Palabra Clave**, Cundinamarca, v. 11, n. 2, p. 367-379, dez. 2008. Disponível em: https://palabraclave.unisabana.edu.co/index.php/palabraclave/article/view/1503/1690. Acesso em: 9 jan. 2026.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. **Pedagogia da comunicação popular e comunitária nos movimentos sociais.** Porto Alegre: Sulina, 2022.

RIQUITO, Mariana. **Para além da narrativa-mestra da modernidade verde: uma leitura crítica da transição energética.** 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/376608701_Para_alem_da_narrativa-mestra_da_modernidade_verde_Uma_leitura_critica_da_transicao_energetica. Acesso em: 18 dez. 2025.

SILVA, Mayara Gomes da; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Gênero, clima e educação: relato a partir da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia na Paraíba. **Cadernos de Agroecologia,** [S. l.], v. 18, n. 3, 2023. Disponível em: https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/8634. Acesso em: 18 dez. 2025.

ZARAGOCIN, S. Espacios acuaticos desde una descolonialidad hemisférica feminista. **Mujer Sapiens**, ano V, n. 10, p. 6-19.